ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMVEJ – REALIZADA EM 24/03/2025

Ao vigésimo quarto dia do mês de Março do ano de 2025, às 15:00h em formato híbrido, presencialmente na Sala 6B – Ala B do Palácio das Araucárias, em Curitiba (PR) e *online* por meio de *link* disponibilizado para os (as) Conselheiros (as) sob justificativa prévia deu-se início a Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Estado do Paraná (CEMVEJ/PR). Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros (as) Governamentais:** TITULAR: JANE CRISTINA LOBATO, SUPLENTE: DOUGLAS HENRIQUE NOVELLI (SEJU); SUPLENTE: ELLEN CUNHA (SEEC); SUPLENTE: DORA SILVA (DEAP); **Conselheiros (as) da Sociedade Civil:** TITULAR: IVETE MARIA CARIBÉ ROCHA (SEPAJ); TITULAR: NORTON NOHAMA, (UFPR); TITULAR: ALUÍZIO FERREIRA, SUPLENTE: ADÉLIA LOPES (SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ – SINDIJOR). **Convidados (as) / Especialistas / Parceiros (as) / Colaboradores (as):** LISANDRA SILVÉRIO, TITULAR: OLYMPIO DE SÁ – MP; TITULAR: ANTÔNIO VITOR, MATHEUS NUCID (REPRESENTANDO DEFENSORIA PÚBLICA – DP); RENATA THEODORO (LUME); LAÉRCIO SOUTO MAIOR; CAROLINA (CAOP), FÁTIMA GODINHO (MP). **Justificativa de Ausência:** Maria Aparecida Blanco de Lima. **1. Abertura:** Inicialmente, Jane saudou a todos e todas e deu início à Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. **2. Aprovação da Pauta:** Com a inclusão da Pauta do Relato dos Andamentos das Atividades do Projeto Inventário Participativo, que é do Arquivo Público, Jane colocou-a em aprovação do pleno. Inclusão aprovada sem ressalvas. **3. Aprovação da Ata:** Jane confirma se todos receberam a Ata, e informa que a seguir será feito a aprovação, e se todos estão de acordo. Sem ressalvas, aprovada. Na sequência Jane passa a palavra para Ivete que entrou na reunião, a mesma pede desculpas pelo atraso, pois se enganou no horário, achando que a reunião estava marcada para o horário das 15h00, Jane também informa que a Ata já foi aprovada, que ela pode dar segmento na reunião a partir da Pauta de número

quatro. Olympio solicita a palavra para informar dois registros: primeiro que a Fátima está agora integrando o Centro de Apoio de Direitos Humanos, relembrando o excelente trabalho desenvolvido por ela, em todo o período da Comissão Estadual da Verdade, especialmente quando da elaboração do Relatório, vai estar participando do Comitê e do LUME. O segundo registro é que após consultar a Coordenadora Ivete, como o Tema é da Coluna Prestes, Olympio fez um convite ao Laércio, que permanentemente está falando sobre esse tema, para fazer juntamente com o Aluízio, uma manifestação sobre a Coluna Prestes. Ivete dá as boas vindas para Fátima e Laércio, Jane também reforça as boas vindas para ambos. **4. Informes do LUME:** Ivete informa sobre a visita realizada na Sala LUME, acompanhada de Maria Aparecida, seu marido Roland e uma funcionária da SEJU, Fabiane, para verificarem sobre as questões colocadas pela Renata, funcionária da sala, sobre situações incomodas com algumas pessoas durante visita ao LUME. Houve uma conversa com a Renata para entender melhor a situação, na verdade são pessoas que são aprendizes no juizado e tem um Senhor já de certa idade, que entra na Sala sem pedir pedir permissão, e sempre acompanhado de um grupo, mostra os fotos rapidamente e se retira, inclusive na ocasião da visita, tiveram a oportunidade de presenciar essa situação, falaram com esse Senhor, e Maria Aparecida informou para ele, que quando for até o Espaço LUME, é necessário passar antes na sala e fazer a assinatura de todas as pessoas, pois tem um registro de quem visita o Espaço, o mesmo se desculpou. Renata relatou também que alguns recém aprovados em concursos na Justiça, também questionam se ali seria um local de petistas ou coisa dessa ordem. Enfim, constatamos que são essas provocações que sempre acontecem, e para que não ocorram conflitos, colocaram para Renata, que sempre deve ser argumentado que todo o trabalho que ali existe, foi baseado em pesquisa, é um local de Memória daquilo que de fato aconteceu. Ivete retornou a Sala LUME e Renata informou que agora está indo tudo bem, acredita que esse suporte colaborou com esse resultado, mas frisa que não sabe como ela tem se reportado a SEJU sobre esse assunto. Olympio fala que como se trata de magistrados, Renata pode dizer que que a orientação que ela recebe, é no

sentido de anotar o nome das pessoas, também pode ser feito um debate, para que compreendam melhor porque foi instituído o LUME, a opção que as Instituições fizeram por instalar no Fórum, e oportunidade para que manifestem eventual inconformismo ou dúvidas, sobre a validade da iniciativa, para a pessoa não se sentir tolhida numa eventual crítica, mas debater sobre a situação concreta do LUME. Ivete informa que solicitou para a Lis ter impresso o Relatório circunstanciado do Comitê, para que possa eventualmente quem tiver alguma dúvida, ler esse relatório, porque ali estão especificados os objetivos do Comitê. Jane avisa que foi enviado Ofício ao TJ solicitando se possível a instalação de câmeras na sala do LUME, mas que ainda não houve resposta. Douglas agradece Ivete, Maria Aparecida e Olympio pelas sugestões nessa questão referente a sala LUME, relata que também fez uma visita e conversou com a Renata, ela está mais tranquila, viu que medidas estão sendo tomadas, agradece também Jane e o CEMVEJ por ter encaminhado esse Ofício ao TJ, agradece a todos pelo apoio. Jane reforça a importância da visita de Ivete, Maria Aparecida e o Roland, que passaram as informações necessárias para Renata compreender melhor, e saber como articular, com quem abordá-la. **5. A Busca dos Desaparecidos Políticos:** Ivete informa que foi enviado dois Ofícios, um para a Comissão de mortos e desaparecidos e o outro para a a Presidenta do Superior Tribunal Militar, e passa a palavra para Aluízio, que está bem ao par desse Tema. Aluízio cumprimenta a todos e todas, solicita o apoio de Lis para espelhar o documento que será apresentado, frisa que esse Tema já teve muitos encaminhamentos no passado, tem cento e oitenta e três páginas de um inquérito que foi aberto em 2012, a PF ouviu algumas testemunhas, em Foz do Iguaçu, mas o processo foi arquivado, acredita que os membros do Comitê tem conhecimento do caso de seis pessoas que saíram do exílio e entraram no Brasil ilegalmente, e foram assassinadas no Oeste do Paraná, o lugar é incerto, são três lugares possíveis, trata-se de desaparecimento forçado, mas não é essa a discussão de hoje. O que estão buscando é a responsabilização civil e criminal dos responsáveis por este crime da Ditadura, foi feito um Ofício para o Superior Tribunal Militar e deve ser enviado uma cópia desse Ofício para o Ministério Público Militar,

que também deve tomar conhecimento, porque são militares que estão envolvidos e eles tem que responder criminalmente os desaparecimentos forçados e acha necessário não somente a aprovação, mas também a leitura do rascunho do Ofício, para uma discussão mais aprofundada, Aluízio faz a leitura do rascunho que é para o Ministério Público Federal, para a Procuradoria da República em Foz do Iguaçu – Pr, solicitando que esse inquérito seja reaberto, apontam também uma lista de responsabilização civil e criminal de pessoas responsáveis por crimes na ditadura, e que as pessoas que estejam vivas, sejam chamados para depor e respondam pelo seu crime, também que no final do inquérito que essas pessoas e seus descendentes não recebam mais salários, soldos da União, que sejam cortados todos os benefícios e privilégios das pessoas envolvidas em crimes lesa humanidade. Olympio informa que a regra do código penal é que uma vez arquivado o Inquérito Policial, só poderá ser reaberto com a existência de novas provas, tem uma súmula do Supremo Tribunal Federal tratando exatamente disso, tem que analisar a promoção do Ministério Público de arquivamento e despacho do Juiz que arquivou, verificar se tem algum fato que possa justificar o arquivamento ou se nos fatos não há indícios suficientes quanto a autoria, teríamos que trazer novas provas para o desarquivamento. A recente decisão do Supremo no sentido de reconhecer esse crime de desaparecimento forçado de pessoas como um crime permanente, ele ainda está acontecendo. Olympio coloca-se a disposição para fazer a análise da promoção de arquivamento e da decisão do Juiz que arquivou o inquérito. Aluízio questiona se já podem nomear responsáveis por esse crime de desaparecimento forçado, são dois réus confessos, e se podem nomear os demais como testemunhas, não autores. Olympio responde que se tem dois depoimentos de réus confessos e que não estão no inquérito, podem sim ser incluído para reabertura do caso, fatos novos que agora justificaria a reabertura do inquérito e solicita que Aluízio passe todo material disponível sobre o caso, para que possa fazer essa análise da possibilidade de reabertura desse processo, enviar também a promoção do arquivamento. Matheus (NUCIDH) se pronuncia e avisa que irá repassar ambos os casos ao Dr Antônio para avaliarem se a Defensoria consegue se somar de

alguma forma nessas demandas. Aluízio informa que vai passar para o grupo todo o inquérito. Aluízio passa para o próximo caso, que é do Salvador Pereira da Silva, informa que quando Fausto Pereira da Silva veio na reunião, esse tema foi debatido, ele entrou em contato com Querência do Norte, onde Salvador era vereador, atuava em movimentos sociais e fazia parte do movimento dos sem terra, havia muitos conflitos naquela região está desaparecido há 61 anos, a família solicitou ajuda para o Comitê, para ter notícias do que pode ter acontecido. Esse caso foi trazido por Fausto Pereira da Silva, médico, residente em Belo Horizonte, existe um livro publicado pela família, que conta toda essa história, é um caso de desaparecimento forçado, precisamos ter mais informações, se era vereador ou suplente, precisamos nos informar lá em Querência do Norte, sabemos que o Comitê tem limitações, também saber se seguiremos com o caso. Olympio informa que o Paraná está para aderir o SINALID (Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos), que é preciso ter informações da Câmera dos Vereadores de Querência do Norte, se tem algum registro de quando ele desapareceu, comunicar a Comissão de Mortos e Desaparecidos, levar esse caso também para o SINALID, para em seguida tomar outras providências. Aluízio sugere que o Comitê ou a SEJU entre em contato com a Câmera de Vereadores para pedir informações. Norton relembra que ficou definido que o Comitê constituísse um procedimento e designasse o Aluízio como responsável por ele. Jane diz que pode ser feito uma deliberação do Comitê, colocando o Aluízio como o relator do caso. Aluízio avisa que o inquérito já está disponibilizado para todos no grupo, são sete casos de desaparecimentos forçados no Paraná que serão dados encaminhamentos, um o Olympio vai realizar uma revisão da minuta, vai ajustar dentro da forma legal e encaminhará para a Procuradoria ou Ministério Público. **6. Centenário da Coluna Prestes em Foz do Iguaçu:** Ivete passa a palavra para Aluízio e Laércio passarem as informações. Lis coloca na tela para a apresentação da Programação do Ciclo de Debates. Aluízio informa que será realizado nos próximos dias em Foz do Iguaçu um Ciclo de Debates, sobre a passagem da Coluna Prestes na cidade de Foz do Iguaçu, e abre uma reflexão sobre a importância dessa passagem na história do

Paraná, que ocorreu no ano de 1925, com a permanência de mil e setecentas pessoas, membros das forças armadas, que permaneceram quarenta e cinco dias acantonados em Foz do Iguaçu, tinham vindo de São Paulo após a revolução de 1924, durante esse período tiveram boa convivência com as autoridades locais, colaboraram com seus conhecimentos de engenharia e topografia na configuração da cidade. Em 1925 Prestes chega na cidade, quando os Tenentistas já estavam indo embora, estava desistindo do Programa de Modernização da Sociedade Brasileira, Prestes decide continuar a luta e iniciar uma caminhada pelo Brasil, numa marcha de vinte e cinco mil quilômetros, maior marcha da humanidade e foi vitoriosa no sentido que levou o clamor libertário pelo Brasil afora, na região Oeste do Paraná, libertou trabalhadores rurais que faziam a colheita de madeira e erva-mate, em situação de trabalho de semiescravidão, não temos nenhum registro desse fato, nem no Arquivo Público Estadual e em nenhum outro Órgão do Estado, essa memória não está na história do Estado Paraná, é um fato importante a permanência e passagem pelo nosso Estado, pessoas que mais tarde fizeram parte do Ministério do Presidente Getúlio Vargas. Fazer uma reflexão sobre a passagem da Coluna Prestes nesse ciclo é de suma importância, na medida que procuramos restabelecer a Memória e a Verdade, cabe ao Conselho, trazer à tona, fato como esse da Coluna Prestes no Paraná. Os eventos serão na UNILA, e contará com a presença da Reitora, também vai ser impresso uma história em quadrinho da Coluna Prestes em Foz do Iguaçu, faz um convite para os Conselheiros que possam participar dessa comemoração. Aluízio sugere enviar um Ofício para a UNILA parabenizando pelo evento em nome do Comitê, Ivete concorda com a sugestão e menciona que Aluízio seja parabenizado também. **6.1** Laércio inicia sua fala agradecendo a Olympio pelo convite para participar da reunião do Comitê, enaltece Aluízio por todo conhecimento e empenho na divulgação sobre a Coluna Prestes, comenta que sua contribuição está sendo a “Organização da frente Patriótica Luís Carlos Prestes do Paraná”, estão organizando grupos em Maringá e no Litoral do Paraná, esses grupos estão sendo organizados para defender o legado do Cavaleiro da Esperança e da grande marcha militar da Coluna Prestes. Informa que em breve

irá lançar um livro intitulado “Meus Encontros com Luís Carlos Prestes” Agradece a participação na reunião que relembra esse grande fato histórico, faz uma leitura sobre alguns depoimentos, encerra sua fala exprimindo a importância do Comitê e faz um convite para todos (as) para o lançamento do seu livro, e que irá fazer um informe com informações sobre esse evento. Aluízio sugere o encaminhamento de um Ofício do Comitê a Secretaria de Educação, agradecendo o competente trabalho da Cláudia Hoffmann, tanto no Comitê como no LUME, sugestão aceita pelo Conselho. Jane informa que será feito um encaminhamento enquanto ela foi Coordenadora do LUME, mas relembra que ela vai continuar participando do Comitê, e que é preciso o envio de um Ofício convidando a Cláudia para participar das reuniões do Instituto LUME sendo convidada como Colaboradora, também na próxima reunião Cláudia vai apresentar o Relatório do LUME de 2024 e disse que segue a disposição. **7. Aprovação do Relatório Circunstanciado:** Lis apresenta o Relatório Circunstanciado do CEMVEJ de 2024, informa que foi enviado no e-mail para todos os Conselheiros (as), também foi feito uma impressão para ficar na Sala LUME. Ivete agradece Lis pelo trabalho apresentado. Jane comunica que o Relatório além de ficar no LUME, vai ficar disponível no site da página do CEMVEJ no site da SEJU, e que será providenciado o encadernamento do Relatório do ano passado, para deixar no LUME também. Agradece e parabeniza Lis pelo trabalho. Ivete frisa que é muito importante ter esse histórico do Comitê resumido nesse Relatório Circunstanciado. Aprovado, sem ressalvas. **8. Informações sobre as Atividades do dia 31/3 e 01 de Abril:** Ivete inicia falando de alguns eventos dos sessenta e um anos do Golpe Civil Militar no Brasil, terá um evento no Salão Nobre da OAB, entre os dias 31/03 e 01 de Abril, a partir das 19:00hrs no dia 31 de Março, da Comissão dos Povos Originários, como Comissão de estudos de transição, que foi recentemente criado pela OAB, vai trabalhar um pouco com todos esses assuntos relativos as graves violações da Ditadura Civil Militar, inclusive estão planejando rever o caso de um advogado de Foz do Iguaçu, um torturador, vão trabalhar na OAB sobre esse caso, conta com a colaboração de Aluízio através de Foz do Iguaçu. O outro evento será dia 30 de Março, às 10:00hrs na Praça João Cândido,

no Alto São Francisco, depois descem até a Igreja da Ordem, Grupo Ditadura nunca mais e o Comitê, juntamente com a Juventude JS, também com vários Sindicatos, a ideia é unir todos esses movimentos para levantar um pouco da memória desse 31 e 01 de Abril, e faz um convite a todos (as) para participarem dos Eventos. Norton informa que está preparando uma nova minuta do Regimento, talvez na próxima reunião já possa encaminhar essa minuta. Ivete agradece Norton. Matheus (NUCIDH) solicita a palavra sobre uma questão, a Defensoria Pública ficou sabendo que numa ação conjunta no Estado de São Paulo se conseguiu promover a troca de nomes de ruas e logradouros públicos que tivessem nomes homenageando figuras da época da Ditadura Militar, a DP está querendo ampliar ações que de alguma forma auxilie com essa Pauta, pergunta se esse tema já foi debatido no Comitê. Os Conselheiros tiveram diferentes opiniões sobre esse assunto e ficou deliberado por unanimidade obter informações e continuar essa discussão na próxima reunião. Ivete informa que não está na Pauta, mas gostaria de informar que nessa semana participou de uma reunião a convite do MIS (Museu da Imagem e do Som), que está com um Projeto de Memória, ampliando o espaço do MIS, onde era uma antiga Delegacia, para transformar num Centro de Memória, vários órgãos participaram da reunião, o espaço é muito bom, permite cine debates, sala para cinema e documentários e que o Comitê deve se empenhar nesse Projeto também. Aluízio informa que está mobilizando em todo o Brasil, os familiares de vítimas de desaparecimento forçado, para que todos aproveitem essa oportunidade de ir nos cartórios do seu Município, a sua Comarca, pra tirar o atestado de óbito, tem uma Resolução que regulamenta e determina que pessoas mortas e desaparecidas durante a repressão, indique a causa da morte, inclusive está sugerindo que se coloque na Certidão de óbito, morte não natural, violenta, causada pelo Estado Brasileiro no contexto da perseguição sistemática à população identificada como dissidente política do regime ditatorial instaurado regime instaurado em 1964. Com esse atestado a família pode requerer reparação, e se o Comitê conseguir essas certidões pode colaborar e juntar na petição que Olympio vai fazer para que esse inquérito seja reaberto. **9. Coordenação da Sala LUME. Indicação da nova**

Coordenadora: Ivete comunica que Olympio já trouxe a Fátima, que vai ser a nova Coordenadora da Sala LUME, e estão felizes com a vinda dela, para auxiliar nesse trabalho. Jane informa que em relação a Professora Cleuza, vão voltar as tratativas, para a função de Secretária Executiva no lugar da Renata, que por enquanto ficará nessa função. Ivete fala que esse assunto ainda está para ser resolvido, que o LUME vai precisar de mais uma pessoa, é um trabalho diário. Jane menciona que também tem a Pasta do Termo de Cooperação, que seria um estagiário para a sala, e que Matheus pode passar essa informação. Matheus (NUCID), atualiza a todos (as) que uma das contribuições da Defensoria Pública ao LUME é a disponibilização de um estagiário (a) para participar do Projeto. Quando esse termo foi formalizado, foi encaminhado para o Gabinete já fazendo essa solicitação, para que esse estagiário seja disponibilizado, quando tivermos essa resposta, vai ser encaminhado para o Grupo do CEMVEJ, até para garantir o andamento correto do LUME. Ivete agradece as informações passadas por Matheus. Fátima solicita a palavra para avisar que Olympio precisou se ausentar da reunião para resolver uma questão, e aproveita para agradecer a indicação para a Coordenação da Sala LUME, e que espera poder contribuir com o seu trabalho. Ivete agradece Fátima em nome do Comitê, e que é um grande prazer voltarem a trabalhar juntas. Jane também agradece a Fátima, dá as boas vindas e pontua que ela também pode contar no que for preciso com a Lis (Secretária Executiva do CEMVEJ), bem como com a SEJU que ficam a disposição. Jane informa para Ivete que o próximo Ponto de Pauta é do Arquivo Público, que a Kassia solicitou. **10. Relatos dos andamentos das Atividades do Projeto Inventário Participativo:** Jane menciona que Dora está presente, mas seu áudio está inativo, e que ela enviou por e-mail, o Relato dos andamentos das Atividades do Projeto Inventário Participativo, Memória Verdade e Justiça do Paraná, pelos historiadores envolvidos no mesmo, Claúdia Cristina Hoffmann, Flávia da Rosa Mello e Kim Allan Vasco, autorizados a atuarem junto ao Fundo Documental CEMVEJ do acervo da Seção de Documentação permanente do DEAP. Foi a autorização solicitada aqui, foi enviado Ofício do CEMVEJ autorizando a Claúdia, a Flávia e o Kim a atuarem junto ao Fundo Documental, que é acessar os

documentos do CEMVEJ no Arquivo Público. Dora informa através do chat que está escutando a reunião, mas está sem áudio. Jane informa que foi solicitado que seja colocado em toda Pauta, os Relatos dos andamentos das Atividades do Projeto Inventário Participativo, é uma Pauta nova, e será permanente, assim como já é a do LUME, e acredita que na próxima reunião Dora ou a própria Kássia já tragam esses relatos. Ivete indaga se esse Inventário é sobre toda a Documentação relativa ao Relatório da Comissão da Verdade. Jane informa que Dora disse que estão agendando e indo ao Arquivo Público semanalmente para ir inventariando a documentação. Norton responde a pergunta de Ivete, que este Projeto está de certa forma ligado ao relato do Narciso, de que não foi localizado alguns documentos que se esperava estivessem lá, e também sobre alguns DVDs e Vídeos que parece estariam deteriorados. A partir dessas constatações e algumas insistentes falas de alguns Conselheiros sobre a situação do acervo, a Claúdia montou esse Projeto para podermos saber o que de fato está lá, e o que falta. Ivete agradece Norton pelas informações e afirma que o Comitê tem um grande interesse que esses documentos sejam recuperados, e certamente esse Projeto vai facilitar para quem procura ou pesquisa por esses documentos. **11. Informes Gerais:** Jane deseja boas vindas a Dora Silva, que é a nova Suplente do DEAP, e fala que é muito importante a participação dela no Comitê. Ivete também dá as boas vindas a Dora. Olympio responde aos questionamentos de Aluízio e se compromete a analisar o texto da Resolução e da alteração das Certidões de Óbito de mortos e desaparecidos políticos. Matheus (NUCIDH) informa que passou a íntegra da Resolução para todos (as), e seria importante Aluízio passar algumas informações, quais pessoas estão tendo essas dificuldades, quais Cartórios, para que se possa avaliar quais medidas, enquanto a Defensoria Pública, CEMVEJ e Órgãos que participam do CEMVEJ possam adotar. Ivete afirma que vai ser muito importante a atuação da DP nesses casos. Lis informa que encaminhou a Resolução do link que o Matheus enviou no chat para o grupo do CEMVEJ. Matheus (NUCIDH), informa que também enviou um link da página onde consta esse formulário para ser preenchido para solicitar a retificação de Certidão de Óbito, caso alguém queira acompanhar. Laércio faz a

leitura do parágrafo IV da Resolução. Ivete sugere consultar a Comissão de Mortos e Desaparecidos, eles devem ter algum caso resolvido para que se entenda essa prática. Aluízio informa que no caso da filha do José Jobim, Lígia Jobim conseguiu uma retificação na causa da morte da Certidão de Óbito pela morte do Pai dela, houve uma retificação através do Ministério Público Federal, Eunice Paiva também recebeu uma certidão retificada pela morte do seu marido Rubens Paiva. Aluízio frisa que para as famílias é muito difícil judicializar, o processo é muito demorado, e já que existe a regulamentação é mais fácil a pessoa ir até o Cartório da cidade que reside e fazer o requerimento, mas qual é a forma, se é via advogado ou a pessoa vai diretamente, teriam que facilitar isso para as pessoas através da Defensoria Pública. Norton diz que seria em dois blocos, um é os que já tem Atestado de Óbito e que constam no Relatório da Comissão da Verdade ou em alguma Comissão de Manifestação de Mortos e Desaparecidos, e que não constava na Certidão de Óbito a causa da morte dessa maneira, nesses casos seria para mudar a causa da morte. A outra questão são aqueles desaparecidos que não tem uma manifestação, nem da Comissão da Verdade e nem da Comissão de mortos e Desaparecidos, que são mortos políticos, essa questão, o Comitê precisa verificar. Uma Certidão dos que são reconhecidos como mortos, e os que nem são reconhecidos como mortos, para esses o caminho é muito mais difícil, sequer tem causa. Laércio faz a leitura do segundo parágrafo da Resolução. Ivete comunica que o assunto fica para maior estudos, e concorda com a sugestão do Olympio de usar um caso como laboratório e afirma que certamente irão precisar do auxílio da Defensoria Pública. Norton sugere que o caso padrão como o do Onofre, seja usado como laboratório, sugestão aprovada pelo Comitê. **11. Encerramento:** Por fim, Ivete agradeceu a presença de todos e todas, e deu por encerrada a reunião da Assembleia Geral do Comitê Estadual de Memória, Verdade e Justiça do Paraná. Em tempo, Jane relembra a Comemoração dos trinta anos do COPED, na ALEP dia vinte e sete, as 14:00hrs, convidando todos (as) para participar do Evento. A presente ata foi lavrada por Eucaris Ferreira da Rocha. Revisada por Lisandra Silvério.